

SUCESSÃO E REPRESENTATIVIDADE

Roberto Rodrigues*

Tema crescentemente debatido no campo tem sido o da sucessão, especialmente em entidades de representação.

Em novembro de 2016, o Banco Central do Brasil editou a resolução número 4.538, que dispõe sobre a sucessão de administradores de instituições financeiras, e que alcança as cooperativas de crédito. Diz o artigo 1º: "As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem implementar e manter política de sucessão de administradores, aplicável aos cargos da alta administração da instituição". E o parágrafo segundo do artigo 4º é específico para as cooperativas de crédito ao exigir que a sua política sucessória "deve ser aprovada pela assembleia geral".

Mais recentemente, em 24 de agosto passado, a Justiça do Distrito Federal decidiu que o atual presidente do Conselho Federal de Medicina Veterinária - CFMV não poderia concorrer à reeleição que haveria no dia 1 de setembro porque isso "fere a moralidade da administração pública". O despacho aponta que referido presidente se reelegera 6 vezes no CFMV, estando no poder há 18 anos. A juíza responsável pela decisão liminar, da qual cabe recurso, disse que a alternância do poder faz parte "das diretrizes do estado democrático de direito", enquanto a permanência por tempo ilimitado "se amolda ao totalitarismo dos regimes ditatoriais".

Pode-se discutir se o despacho da juíza é intempestivo ou arbitrário e se a resolução do Bacen faz exigências com as quais os cooperados de uma credi não concordem. Mas os dois fatos mostram uma preocupação legítima com a sucessão democrática em instituições onde nem sempre isso acontece.

No setor rural, especialmente nas suas entidades de representação, este é um assunto recorrente. Com bastante frequência se observa a permanência por vários mandatos de presidentes destas instituições, seja por desinteresse dos associados, seja por manipulação dos dirigentes, seja mesmo pelo sucesso do trabalho realizado. Mas renovação é sempre bem-vinda. Ademais, há um componente curioso nesse processo: a gestão das fazendas exige a presença física do proprietário. Há até um velho ditado segundo o qual "é o olho do dono que engorda o porco". Com isso, os bons produtores com condição de liderança setorial, não podem dedicar tempo às instituições, a não ser que já tenham sucessores assumindo a gestão nas fazendas. Naturalmente, ao se afastarem do dia a dia da gestão, se afastam também dos reais problemas do setor, e acabam perdendo legitimidade. Algumas instituições organizaram modelos de sucessão que eliminam esse problema, limitando o número de reeleições. A Aprosoja e a Abrapa só aceitam por estatuto uma reeleição, o que não acontece em sindicatos, por exemplo.

Mas também nas empresas familiares no campo há casos de dificuldades na sucessão. Os veteranos proprietários, sendo competentes, incorporam novas tecnologias e obtém resultados positivos, fazendo deste sucesso o argumento para não "entregar o comando" para herdeiros melhor preparados, sobretudo quanto à TI, à internet das coisas e a conectividade que está chegando com força. Por essa razão, sucessão nas fazendas vem se tornando um ponto central para a preservação da empresa, e cada vez mais os jovens, inclusive moças muito bem treinadas, estão prontas para tocar o negócio.

*** Coordenador do Centro de Agronegócio da FGV, Embaixador Especial da FAO para as Cooperativas e Presidente do LIDE Agronegócio.**